



TRAMAS DISCURSIVAS E DIVERSIDADE  
LINGUÍSTICA NA AMAZÔNIA

DISCURSIVE PLOTS AND LINGUISTIC  
DIVERSITY IN THE AMAZON

Welton Diego Lavareda<sup>1</sup>

Ivânia dos Santos Neves<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [diego.lavareda@hotmail.com](mailto:diego.lavareda@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [ivanian@uol.com.br](mailto:ivanian@uol.com.br).



## RESUMO

Trata-se de uma proposta que visava analisar a diversidade de línguas anunciada pelo Pe. Antônio Vieira em sermões e correspondências oficiais, em especial, as materialidades que apontam o desconhecimento das “línguas da terra” como o maior empecilho para a ampliação da fé nas missões do Maranhão e do Grão-Pará. Para tanto, consideramos o arcabouço teórico-metodológico de Michel Foucault no quadro dos estudos discursivos (2006; 2016; 2010a; 2010b; 2010c) e da Linguística Colonial (SEVERO, 2013; 2016; MARIANI, 2016). Almeja-se, com este artigo, também repensar a constituição de um regime de gerenciamento linguístico à época da invasão do território brasileiro e, ao mesmo tempo, refletir sobre as condições de possibilidades históricas as quais nosso patrimônio linguístico foi discursivizado a partir de uma matriz de poder instituidora de um governo da língua europeia na Amazônia. Considera-se, por fim, a complexidade da experiência colonial, o que significa que determinados conflitos linguísticos produziram também a emergência de várias tensões discursivas as quais atravessam, de certa maneira, o movimento cabano e a constituição de nosso idioma.

## PALAVRAS-CHAVE

Contatos linguísticos; dispositivo; estudos foucaultianos; colonização.

## ABSTRACT

This is a proposal that aims to analyze the diversity of languages announced by Fr. Antonio Vieira in sermons and official correspondences, in particular, the materialities that point out the lack of knowledge of the



“languages of the earth” as the biggest obstacle to the expansion of faith in the missions of Maranhão and Grão-Pará. To this end, I consider Michel Foucault’s theoretical-methodological framework within the framework of discursive studies (2006; 2016; 2010a; 2010b; 2010c) and Colonial Linguistics (SEVERO, 2013; 2016; MARIANI, 2016). This article also aims to rethink the constitution of a linguistic management regime at the time of the invasion of the Brazilian territory and, at the same time, to reflect on the conditions of historical possibilities which our linguistic heritage was discursivized from a matrix. establishing the power of a European-language government in the Amazon. Finally, the complexity of the colonial experience is considered, which means that certain linguistic conflicts have also produced the emergence of various discursive tensions which, in a certain way, go through the cabano movement and the constitution of our language.

## **KEYWORDS**

Linguistic contacts;dispositive; Foucault studies;colonization.

## **1. PRIMEIRAS PALAVRAS**

A disputa entre duas (ou mais) comunidades linguísticas para ocupar determinados âmbitos de uso, segundo Marcos Bagno (2017, p. 54), implica a dimensão de conflito linguístico. Conceituação relacionada diretamente ao processo de contato linguístico, já que dois ou mais patrimônios linguísticos nunca convivem em uma sociedade de maneira totalmente harmônica. Afinal, sempre surgirão fenômenos de imposição de uma língua sobre outra, como





consequência de uma dada relação de poder e de saber de que dispõem os grupos sociais que as mantêm.

O artigo analisa a diversidade de línguas anunciada pelo Pe. Antônio Vieira em sermões e correspondências oficiais, em especial, as materialidades que apontam o desconhecimento das “línguas da terra” como o maior empecilho para a ampliação da fé nas missões do Maranhão e do Grão-Pará. Visto que repensar a constituição de um regime de gerenciamento linguístico à época da invasão do território brasileiro e, ao mesmo tempo, refletir sobre as condições de possibilidades históricas as quais nosso patrimônio linguístico foi discursivizado a partir de uma matriz de poder instituidora de um governo da língua europeu na Amazônia é, acima de tudo, discutir a “gênese” da experiência da colonização linguística em nosso território.

Não se trata, com base em Cristiane Severo (2016, p. 12), de historiografar detalhadamente os fatos, mas de buscar uma compreensão verticalizada da maneira complexa como a discursivização da empreitada colonial construiu e legitimou uma política linguística relativamente homogênea de leitura e interpretação das línguas e dos povos ditos colonizados. Ressalta-se, contudo, que o experimento colonial não pode ser visto como um movimento unilateral e de mão única, até porque sua estruturação envolve formas variadas de resistência e subversões que emergem das dinâmicas coloniais.

Logo, procuro mostrar a historicidade da maneira pela qual os registros discursivos se “fazem problema de pesquisa”, isto é, se a historiografia linguística tem por objeto de análise qualquer reflexão sobre a linguagem, exercitamos um pensamento cada vez mais comum às preocupações dos historiadores de mentalidades, os quais na



[...] construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalam, pela confrontação de séries arquivistas, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de discursos. Esses historiadores trabalham ao mesmo tempo sobre a longa duração e sobre o acontecimento [...]. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 170).

Portanto nosso mergulho em uma história social dos arquivos que atravessam a Babel amazônica até a Cabanagem – movimento que representou a resistência a uma nova forma de colonização e entrou para a história oficial do Brasil como um governo “rebelde”, de “autoridade marginal” na Regência Una de Diogo Feijó –vai nesta direção, pois estamos interessados nas filigranas dos discursos, nas estratégias dos dispositivos e nas batalhas de poder e de saber em torno dos usos sociais das línguas que eram faladas nessa época na Amazônia brasileira. Detalhes responsáveis pela busca por “[...] definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2010a, p. 157).

Características responsáveis por dinamizar, mais ainda, o exame analítico dos arquivos a serem explorados, isto é, em meu “fazer pesquisa”, “[...] o exame de análise ocorre não somente nas políticas linguísticas oficiais (desenvolvidas no âmbito das instituições governamentais), mas também nas crenças e nas práticas das comunidades de fala e no estudo dos processos de criação, experimentação, implementação de outros gerenciamentos linguísticos” (SOUSA; SOARES, 2014, p. 103).

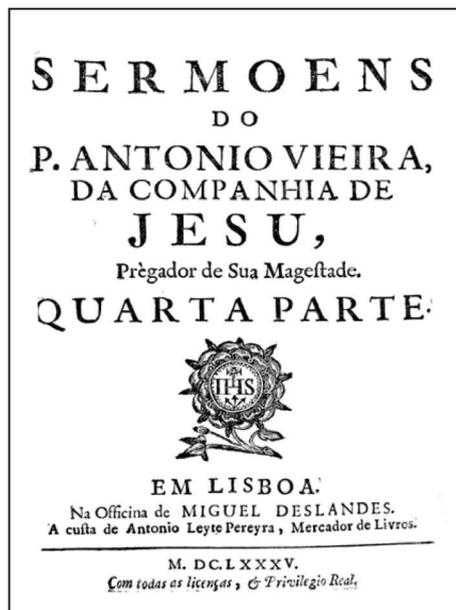
## 2. DA DENSIDADE ESCRITA À EMERGÊNCIA DOS SENTIDOS

A invenção das línguas, o dispositivo e a vontade de verdade

[...] Se eu nam entendo a lingua do Gentio, nem o Gentio entende a minha, como o hey de converter; & trazer a Christo? Por isto temos por regra, & instituto aprender todos a língua, ou linguas da terra, onde imos pregar: & esta he a myor dificuldade, & o mayor trabalho daquella espiritual cõquista. (Sermão da Epiphania, Lisboa, pregado 1662; v.4, p. 512-3).

[...] Na antiga Babel ouve setenta & duas linguas: na Babel do Rio das Almazonas já se conhecem mais de cento & cincoenta, tam diversas entre sy como a nossa, & a Grega; & assim quando lá chegamos, todos nós somos mudos, & todos eles surdos; Vede agora quanto estudo, & quanto trabalho serà necessário, para q estes mudos falem, & estes surdos ouçaõ. (Sermão da Epiphania, Lisboa, pregado 1662; v.4, p. 513).

Figura 1 – Impresso de 1685



Fonte: Biblioteca  
Brasiliiana (<https://digital.bbm.usp.br>), 2018.

Figura 2 – Sumário do Impresso de 1685

The image shows a table of contents for the book. The title "SERMOENS" is at the top, followed by "Que contém esta Quarta Parte." Below this is a list of 12 items, each with a Roman numeral, a description of the sermon, and a page number. The items are: I. Sermão do Quarto Sabbado da Quaresma (Pag. 1); II. Sermão de Nossa Senhora do O. (45); III. Sermão da Primeira Sexta feira da Quaresma no Convento de Olivellas. (76); IV. Sermão das Cadeas de S. Pedro. (106); V. Sermão de Todos os Santos. (134); VI. Sermão da Segunda Domingo da Quaresma. (179); VII. Sermão da Primeira Sexta feira da Quaresma na Capella Real. (210); VIII. Sermão de Santa Tereza. (248); IX. Sermão da Quinta Domingo da Quaresma. (291); X. Sermão do Mandato na Misericordia. (318); XI. Sermão do Mandato no mesmo dia na Capella Real. (357); XII. Sermão da Primeira Oitava do Paschoa. (396); XIII. Sermão nas Exsequias da Senhora Dona Maria de Alai-de. (434); XIV. Sermão de San Roque. (459); XV. Sermão da Epiphania. (491).

Fonte: Biblioteca  
Brasiliiana (<https://digital.bbm.usp.br>), 2018.



No volume 4, dos *Sermoens do P. Antonio Vieira* (1608-1697), impresso em 1685, contém o *Sermão da Epiphania*, pregado em 1662, na Capela Real para a rainha regente, Luísa de Gusmão (1613-1666), após a expulsão de Vieira e dos jesuítas do Maranhão. A prédica é dedicada à importância da missão e do “novo mundo” para o reino português e, simultaneamente, expressa a grandiosa diversidade de línguas já anunciada pelo religioso em sermões e correspondências anteriores.

Na Babel amazônica, conforme Maria Mercedes Hackerott (2012, p. 91), Pe. Vieira aponta o desconhecimento das línguas da terra como o maior empecilho para a ampliação da fé nas missões do Maranhão e do Grão-Pará. Reforça, igualmente, a necessidade de todos os missionários conhecerem a língua da terra para que possam administrar os sacramentos, principalmente os do batismo e da confissão, que requeriam o conhecimento do catecismo, no qual se professavam a fé e a doutrina da Igreja.

A “palavra divina”, então, revestiu-se de essencialidade quando se solidificaram, no “novo mundo”, as tarefas de colonização daqueles que o europeu englobava como gentilidade. No Grão-Pará, não haveria de ser diferente, depois do reencontro do português com a terra conquistada. “[...] Costurando as malhas de suas bem urdidas peças persuasivas, os religiosos que aportavam ao Brasil tratavam de cativar as almas dos índios, ou imprimir naquelas consciências, tomadas equivocadamente como páginas em branco absoluto, as ordenações da ideologia cristã” (TUPIASSÚ, 2008, p. 11).

Para isso, ditava-se, como tarefa vital à colonização, dominar também as manifestações linguísticas dos indígenas. Ao padre, cabia muito mais o trato das almas. E, para alcançar a alma, alguns dos meios fundamentais



eram o domínio, o estudo e a possível catalogação (ou “invenção”) dos idiomas. Como podemos observar em outros escritos do Pe. Antônio Vieira, em especial, as cartas ao Rei D. João IV datadas em meados 1653 e 1654 – esta última apresentando dezenove (19) reivindicações para mudar a forma como vinham sendo governados os indígenas do Maranhão e do Grão-Pará – e uma carta ao padre provincial do Brasil.

[...] Os moradores dêste novo mundo, que assim se pode chamar, ou são portugueses ou índios naturais da terra. Os índios, uns são gentios que vivem nos sertões, infinitos no número e diversidade de línguas; outros são pela maior parte cristãos, que vivem entre os portugueses. (Carta ao Rei D. João IV, 20 de maio de 1653; t. 1, p. 306).  
[...] XII. Que, se nas estradas que se fizerem sertão forem achados alguns índios de corda, ou que de alguma outra maneira sejam julgados por justamente cativos, estes tais se poderão resgatar; [...] e, para este fim, irão sempre às ditas jornadas religiosos que sejam bons línguas e bons teólogos, e quando menos que um seja bom teólogo, outro bom língua. (Carta ao Rei D. João IV, 06 de abril de 1654; t. 1, p. 435-6).  
[...] Na ilha chamada Joanes, a qual está atravessada bem na boca do rio das Amazonas, defronte da mesma ilha do Sol, e é tão grande que encerra em si mais de vinte e nove nações, de línguas tão diferentes como são a alemã e a espanhola. (Carta ao padre provincial do Brasil, 1654; t. 1, p. 393).

No século XVII, por exemplo, a língua portuguesa entrou no Grão-Pará, levada por missionários, soldados e funcionários, determinando um novo gerenciamento linguístico em toda a Amazônia brasileira e favorecendo a iniciação de gestão da invisibilidade de várias línguas indígenas e de seus sujeitos, cuja identidade começou a se forjar naquele momento. José Ribamar Bessa Freire (2011, p. 16) alerta para o fato de que, durante todo o Período Colonial, no entanto, a língua portuguesa



– cujas categoriais não davam inteligibilidade à realidade cultural e ecológica da região – permaneceu minoritária, como língua exclusiva da administração, mas não da população.

Nos rastros discursivos desses processos de invisibilidade, uma dessas línguas teve papel histórico decisivo no processo de comunicação na Amazônia, denominada de língua geral ou *nheengatu*. Esta dimensão de língua franca, ou seja, língua que um grupo multilíngue intencionalmente adota ou desenvolve para que todos consigam ordenadamente se comunicar uns com os outros, foi a principal manifestação linguística presente nos aldeamentos, vilas, povoações e cidades de toda a região.

Maria Hackerott (2012, p. 99), em diálogo com Aryon Rodrigues (1993, p. 96), aponta que as *línguas gerais* eram consideradas continuação de línguas indígenas que passaram a ser faladas por mestiços. Em seu processo de composição, observam-se, em termos técnicos, três momentos distintos: no primeiro, os europeus falam a língua indígena como segunda língua, e os mestiços são criados na língua indígena quase inalterada; no segundo, o número de mestiços e europeus passa a ser maior do que o de indígenas; no terceiro, os mestiços passam a ser, teoricamente, os únicos falantes nativos da língua original e a ser seus transmissores. O *nheengatu*, portanto, serviu de mediador entre as sociedades indígenas, os negros e os europeus à época da colonização e ainda hoje é falada por povos indígenas no interior do estado do Amazonas.

Nas colônias portuguesas na América do Sul, vale ressaltar, muito em função da atuação das missões jesuíticas, registram-se em fontes primárias para um história social das línguas no Brasil horizontes linguísticos múltiplos, porém, estes mesmos registros indicam que somente três línguas de contato



se formaram de maneira mais sistemática: a Língua Geral Amazônica (LGA), a Língua Geral do Sul da Bahia (LGB) e a Língua Geral Paulista (LGP)<sup>3</sup>.

As três manifestações em destaque, cada uma obedecendo a critérios específicos de formação, se firmaram mesmo entre povos indígenas falantes de línguas de diferentes troncos linguísticos, em razão da participação dos missionários católicos que as impuseram por meio da catequese. Na organização jesuítica, por exemplo, havia as aldeias de repartição, locais em que os indígenas eram recrutados e obrigados ou mesmo estimulados à convivência com indígenas (e sujeitos de outras etnias) dos mais diversos troncos linguísticos. Muitos desses sujeitos tinham pouca ou quase nenhuma possibilidade de interagir em suas línguas maternas e não era difícil encontrar reunidos nesses aldeamentos inimigos ancestrais.

Em 1750, em reação a um projeto de poder autônomo agenciado pelos jesuítas, as reformas políticas empreendidas pelo Marquês de Pombal expulsaram a Companhia de Jesus das duas colônias portuguesas existentes em nosso território, proibiram a utilização das línguas gerais e tornaram obrigatório o uso da língua portuguesa. As reformas pombalinas, indicadas, aqui, como um critério descontínuo de um jogo de transformações específicas, diferentes umas de outras (cada uma com suas condições, suas regras, seus níveis, suas invenções), mas ligadas por um esquema de regularidades discursivas, começaram a instituir uma outra face para a política de línguas

---

<sup>3</sup> Como mais um acontecimento que atravessa essas condições de possibilidades históricas, em testemunho registrado em carta ao padre Manoel Luís, em que o próprio Pe. Vieira cita o reconhecimento das autoridades eclesiásticas sobre o seu trabalho nas missões, há a materialização de um verdadeiro “caldeirão linguístico” em nosso território. “Antonio Vieira esteve cinco anos em todas as aldeias da Baía, e nove anos na gentildade do Maranhão e Grão-Pará, onde em distância de quatrocentas léguas levantou dezesseis igrejas, fazendo catecismo em sete línguas diferentes” (Carta ao Pe. Manoel Luís, 21 de julho de 1695; t. 3, p. 666-7).



formulada e executada pelos jesuítas. Pombal, então, apoia-se em um suporte institucional e reorganiza toda uma tática de força que trará consequências trágicas ao campo da cultura, das línguas, dos saberes.

Na Amazônia, no entanto, apesar dessa decisão política e mesmo sem a presença maciça dos jesuítas, a LGA permaneceu crescendo e entrou no início do século XIX como língua majoritária da população regional. Na província do Grão-Pará, as mudanças mais profundas em relação às políticas linguísticas e à condição em que viviam os indígenas só vão acontecer de fato no Período Regencial. Uma dessas transformações diz respeito ao fim das aldeias de repartição. De acordo com Bessa Freire (1983), o processo de hegemonia da língua portuguesa deu-se, efetivamente, só a partir de 1850, já que, até então, embora fosse o português a “língua oficial” do Império brasileiro colonial, esta língua se encontrava, na prática, subordinada ao *nheengatu* – e essa imposição não foi aceita sem resistência.

A partir das lacunas discursivas deixadas nos apontamentos históricos, diga-se de passagem, tidas como marginais pela história dos saberes linguísticos, procuramos também mostrar como a gestão dos usos das línguas se imbrica com a institucionalização de uma disciplina linguística que se estenderá até os nossos dias, perpassando, evidentemente, os regimes de visibilidade da Revolução Cabana. Afinal, “[...] a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2010c, p. 36).

Seria um equívoco grande da nossa parte não citar um cenário de transformações políticas, metodológicas e teóricas a partir dessa indicação de “reatualização permanente de regras” acerca das relações de poder e





de saber que, somadas a determinadas urgências históricas, privilegiam na base de estratégias de relações de força a normalização e a disciplina, o estabelecimento de um dispositivo ou um conjunto deles. Assim, para Foucault (2016, p. 364), o dispositivo representa um

[...] conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

O dispositivo tem uma função estratégica dominante e pode também ser entendido como um tipo de formação que, em um dado momento histórico, tem como principal função responder a uma urgência sustentando tipos de saber e sendo sustentado por um conjunto de relações de força. Logo, “[...] o discurso ele mesmo é imanente ao dispositivo que se modela sobre ele e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade (histórica), a estranheza da época, a nova tendência local do dispositivo” (COURTINE, 2013, p. 27). Portanto analisar os discursos em tal perspectiva é, efetivamente, tentar reconstruir, para além das palavras, o regime dos olhares, uma rede de memória e a economia dos gestos próprios aos dispositivos que tornaram inteligível o movimento de governo da língua portuguesa nas práticas coloniais.

Desse modo, se observarmos as regras de formação instituidoras do início de um imperialismo linguístico em relação aos processos de invisibilidade dos vários registros de língua em nosso país, notaremos uma rede de memória ratificadora de uma cosmologia, um modo de viver (ou de

deixar morrer) em função de discursos “verdadeiros”, além de trazer consigo efeitos específicos de uma ‘verdade linguística’ europeia e, ao mesmo tempo, a invenção de outras tradições linguísticas na Amazônia brasileira. Essas propriedades singulares da história do Brasil colônia, com novas atualizações, chegam, inclusive, até os nossos dias.

Um rápido olhar no modo como a paisagem linguística brasileira se configura, hoje, com base em Terezinha Maher (2013, p. 128), revela algumas maneiras como falantes – ou simpatizantes – das línguas tornadas minoritárias no país vêm se mobilizando para torná-las visíveis novamente, ajudando a mudar/moldar a ecologia linguística do Brasil. A Figura 3 exemplifica como um grupo de jovens indígenas usa e mantém um programa de rádio na *Web 2.0* e grupos em aplicativos para celular, os quais possibilitam a informação chegar até comunidades mais isoladas. O português brasileiro prevalece no processo de interação, porém são as frases em *tukano*, uma das línguas oficiais de São Gabriel da Cachoeira (AM), que revelam o objetivo das ferramentas: reunir e aproximar a juventude das comunidades indígenas do Alto Rio Negro.

Figura 3 – Indígenas na WEB 2.0



Fonte: Torres (2018).

De maneira inédita, alguns municípios brasileiros conseguiram cooficializar as línguas de comunidades de imigrantes que neles habitam, implantando, em vários casos, o ensino obrigatório desses idiomas nas primeiras séries do ensino fundamental por meio de leis municipais. Um desses municípios foi Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, que hoje dispõe, na placa que dá boas-vindas à cidade, os dizeres “*KoomtGaud Na*” em pomerano. [...] Moita Lopes (2010) explica que os novos letramentos digitais na *Web 2.0* vêm se constituindo como espaços de debate e ativismos políticos, nos quais as minorias brasileiras, colocando em cheque identidades negativas a elas atribuídas, constroem novas narrativas sobre si mesmas na ânsia de se libertarem de cerceamentos a elas impostas no passado. É notável, como a Internet tem sido utilizada para que as lutas políticas dos povos indígenas do Brasil sejam reconhecidas, divulgadas e, fato que interessa a este texto mais de perto, suas línguas sejam visibilizadas. (MAHER, 2013, p. 129).

Figura 4 – Conquista do Amazonas (1907)



Fonte: Antonio Parreiras (1860-1937). Belém, Museu Histórico do Pará.

Logo, colocando a História novamente em movimento, a partir da Figura 4, por exemplo, os dispositivos de controle do discurso indicam uma vontade de verdade que se estabeleceu como um discurso “ideal” de uma língua oficial e majoritária para registrar a história do nosso



povo (e não foi uma língua indígena a protagonista). Assim, derivada dos procedimentos de interdição e segregação, que toda sociedade tem, subjacente às suas práticas, uma *vontade de verdade* vai se solidificando e opondo o verdadeiro ao falso no que diz respeito ao uso de uma dada performance linguística em detrimento de uma outra.

[...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e os falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2011b, p. 273).

A verdade, portanto, é uma configuração histórica: não há uma verdade, mas *regimes de verdade* que se transformam de acordo com os contingenciamentos históricos. Nesse sentido, de acordo com Maria do Rosário Gregolin (2006, p. 98), apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. Ao propor a existência de uma *vontade de verdade*, Michel Foucault não a pensa como uma essência a ser descoberta, mas procura descrever e analisar os modos como a “verdade” vem sendo historicamente produzida e a função de controle exercida por essa produção.

Na difusão das línguas gerais entre povos indígenas não falantes de línguas *Tupi*, fica evidente a presença do dispositivo religioso na produção de vontades de verdade, com a tradução da bíblia e a conversão dos indígenas. Isso porque essa matriz colonial de exploração e controle do outro, operante desde a invasão do Brasil, colocou em funcionamento uma formação discursiva calcada nas práticas do catolicismo, em especial, na fase missionária.



[...] Tentei mostrar nestas páginas que a expressão “formação discursiva” não se limitava a uma realidade de linguagem, mas devia ser compreendida a partir da complexidade da heterogeneidade histórica daquilo que Foucault denomina “dispositivo”: não simplesmente textos, mas imagens e práticas; não somente palavras, mas igualmente coisas, e os olhares que as captam, ou como diz Deleuze, “páginas de visibilidade” e “campos de legibilidade” [...] Deste modo, poderíamos conceber que a um estrato histórico determinado correspondem um ou vários regimes de visibilidade: uma orientação geral do olhar que viria dar um estilo de percepção peculiar, uma perspectiva à visão dos seres e coisas. (COURTINE, 2013, p. 79-80).

Portanto esses regimes de visibilidade até aqui analisados evidenciam, dentro de um conjunto complexo de legibilidade, específicos, mas vinculados, os quais lhe conferem em troca uma existência material, que as línguas à época da colonização linguística foram colocadas dentro de uma hierarquia na qual as populações locais passam a figurar como atrasadas, selvagens. Todos os saberes europeus passam, então, a representar o moderno, sempre se atualizando e se opondo aos saberes locais. Acontecimentos que ratificam *modernidade* e *colonialidade* como projetos mutuamente constitutivos.

### **3. AS DISPOSIÇÕES DA LEI**

#### *Algumas atualizações do dispositivo religioso*

Os dispositivos, frequentemente, atravessam-se, e, assim como vimos o dispositivo religioso com o Pe. Antônio Vieira a se desdobrar com o mais intenso vigor sua lavra discursiva para o refinamento de uma europeização da Amazônia, mostraremos, neste tópico, como os dispositivos jurídicos pombalinos deram prosseguimento decisivo no processo de implementação embrionária de uma unidade linguística na



região desde as determinações, com peso de lei, muitas vezes descumpridas nas gigantescas fronteiras da Província do Grão-Pará. Afinal, “[...] Vieira também percebeu na palavra escrita o valor documental e legislativo” (HACKEROTT, 2012, p. 105).

Dessa maneira, sabendo que o acontecimento discursivo absorve a hipótese de que algo ocorre fora de uma estrutura, embora não livremente, nota-se a efetivação de um novo saber no qual se mantém um tipo de discurso hegemônico de língua, constituinte de uma regularidade que está em vias de se tornar o conjunto de condutas e apropriações oferecidas pelas práticas discursivas coloniais. Todo papel escrito, por exemplo, que tinha função legislativa/política deveria ser obedecido e cumprido, mesmo por aqueles que não sabiam ler, mas reconheciam os carimbos estampados na carta:

[...] eu li aos índios, assim no Pará como deste Maranhão, a carta de V. M. traduzida na sua língua, e com ela ficaram consolados e animados, e se acabaram de desenganar que por não serem até agora remediadas suas opressões era por não chegarem aos ouvidos de V. M. seus clamores; esperam pelos efeitos destas promessas, tendo por certo que lhe não sucederá com elas o que até agora com as demais, pois vêm firmadas pela real mão de V.M. (Carta ao Rei D. João IV, 04 de abril de 1654; v. 1, p. 422).

Tomando este enunciado como uma singularidade significativa presente na cadeia de escritura da *Carta ao Rei D. João IV*, conduzimos gestos de interpretação indicadores possíveis de (de)formações “[...] de mais um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político” (FOUCAULT, 2010b, p. 225). Falamos de uma atualização gestada a partir da economia no nível



● ● ●

geral da invasão do Brasil e de reordenamentos estratégicos feitos pela Metrópole, os quais anos mais tarde acessarão o corpo social cabano por meio de normas, e não de leis, isto é, terão “[...] em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle (FOUCAULT, 2016, p. 413), porque estarão dispersos por toda sociedade em vez de localizado em um único indivíduo ou organismo de governo.

Em se tratando desse início de transformação profunda dos mecanismos de poder à época da colonização, a *Carta de 4 de agosto 1755 – de Sebastião José de Carvalho a Francisco Xavier*, por exemplo, extingue nos aldeamentos algumas práticas religiosas da “raça inferior” e instaura uma fiscalização maior, via uma ação administrativa, quanto ao uso da(s) língua(s). Como podemos notar no trecho da carta transcrito abaixo, essas recomendações reforçam os movimentos, já iniciados pelo Marquês de Pombal em 1750, de imposição linguística e de retirada dos religiosos do governo dos indígenas.

[...] EU Irmão do meu coração. – Esta carta acompanha a lei, que El-rei Nosso Senhor estabeleceu, para restituir aos índios desse Estado a liberdade que lhes era devida, e aos povos delle os operários, que até agora não tiveram, para cultivarem os muitos e preciosos fructos, em que abundam essas terras. Da mesma lei vereis que nella se não contem novidade, porque toda consiste em uma renovação das antigas e saudáveis leis, cuja observância reduziu o Pará e o Maranhão, à autoridade civil, na forma que o governador, em junta com o prelado diocesano e magistrados, venha a resolver. (AZEVEDO, 1999, p. 255).

Campo estratégico no qual também será confirmado anos mais tarde pela troca de correspondências entre *Bernardo da Costa a Francisco Xavier*



(1758) – cadeia de escritura que trata de instruções para a diligência de se erigirem em Vilas as aldeias dos índios. Nessa materialidade escrita, fundamentalmente nos 3<sup>o</sup>, 18<sup>o</sup> e 22<sup>o</sup> apontamentos que constam no excerto da carta transcrito a seguir, existem pistas discursivas as quais deixam muito claro qual era de fato a língua a ser administrada para a população local e o efetivo glotocídio, isto é, a difusão de uma nova língua em um espaço, enfraquecendo a natural da área.

Deve-se examinar com a maior exação a verdade de tudo que disser respeito aos apontamentos seguintes [...] 3<sup>o</sup>. Se falam a língua portuguesa: se já há alguns que saibam ler e escrever. [...] 18<sup>o</sup>. De que nação se compõem a tal Aldeia? Qual era a sua língua natural? Em que tempo se estabeleceu? Donde vieram os moradores para aquele Sítio? Quem os persuadiu, e catequizou? [...] 22<sup>o</sup>. Se a aldeia tem capacidade para se reduzir a Vila, e nesse caso se será mais útil juntar-lhe mais alguns moradores vizinhos, que não sejam índios, misturando todos no número dos que servirem no Senado, ou conservar à parte os mesmos Índios? (MENDONÇA, 2005, p. 411-414).

Por mais que essas movências históricas tentem enquadrar um determinado “avanço” no contexto social brasileiro regido por novas estratégias de uma outra maneira de gestão da sociedade, no que diz respeito a um modelo de gerenciamento linguístico implementado, a dinamicidade das línguas e toda uma estética de resistência linguística transformam esses índices de vigilância em algo fragmentário e descontínuo. Afinal, é claro que uma língua não deixa de ser falada por lei/decreto, por mais que isso tenha algum impacto real sobre a vida dos falantes.

Se a popularização das línguas gerais interessava ao projeto de evangelização dos jesuítas, ela desagradava o projeto lusitano de





instauração da língua portuguesa como manifestação linguística nacional do Brasil, em meados do século XVIII, e com a intensificação do Diretório dos Índios (1758), encabeçada pelo Marquês de Pombal (conforme já comentado anteriormente). Tomando por base as tensões linguísticas resultantes desses dois projetos de poder, notam-se aspectos indicadores dos processos de subjetivação como práticas (discursivas; não discursivas) que ligam o sujeito à verdade. Por isso, para Michel Foucault, a verdade é da ordem do acontecimento, ocorre sempre em um lugar e em um tempo.

Rosário Gregolin (2016), em termos foucaultianos, diz que a subjetividade não se refere à identificação do sujeito como categoria invariável, mas a modos de agir (até mesmo linguísticos), processos de subjetivação modificáveis e plurais. Ou seja, assim como um conjunto de práticas europeias atualiza as suas formas de dominação e exploração nos territórios das sociedades indígenas, mestiças, africanas, na Amazônia, a resistência destes povos também se atualiza em novas formas de respostas a essas investidas indiscriminadas na região.

Se partirmos para uma visão mais plural dessas tensões discursivas ao longo do tempo fortalecidas no Gão-Pará, constataremos que as políticas linguísticas empreendidas pela Coroa portuguesa e pelo Império brasileiro também orientaram de certa maneira a intensificação da escolarização formal na província. Decidido a colocar Portugal à altura dos “novos tempos”, segundo José Alves Júnior (2001, p. 36), Pombal empreendeu uma série de reformas, as quais iam desde a reorganização econômica do reino até o reordenamento da cultura, por meio de reformas na educação. Noções de um projeto de regeneração



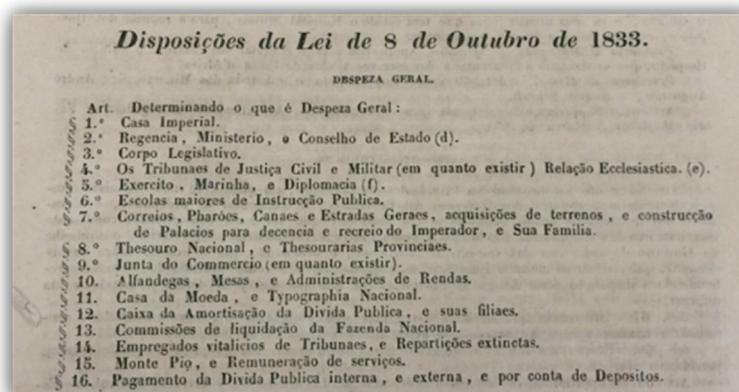
portuguesa construído por elementos da elite luso-brasileira, no qual se centrava, prioritariamente, na necessidade de reavaliar as relações Metrópole-Colônia, já que o Brasil começava a ser colocado como o centro em torno do qual esse projeto se efetivaria.

Destacamos aqui o papel da Metrópole (como dispositivo colonial) na criação das Escolas Maiores de Instrução Pública na Amazônia. Isso representava a implementação do modelo de cientificidade pautado na profissionalização (sendo exemplo disso a instituição da Aula do Comércio nos Estudos Menores) e na manutenção de um desenho político por parte de uma determinada elite paraense, no período da Cabanagem, pela consolidação de uma *Typographia Nacional* ocidental em nosso país (em meados de 1808, quando foi criada, denominada Impressão Régia). Assim, apagam-se os registros da Língua Geral Amazônica na região e, ao mesmo tempo, forja-se um significativo valor à cultura letrada.

O fragmento a seguir compõe as Disposições da Lei de Outubro de 1833 – pertencente aos Arquivos do Poder Executivo da época regencial em Cametá (município paraense com forte marca histórica na Cabanagem). Assim, como podemos observar na materialidade em destaque, vários foram os artifícios administrativos que, historicamente, de uma forma ou de outra, tentaram silenciar, erradicar os vários horizontes linguísticos presentes no território brasileiro. Tendo como base as reflexões da arqueogenealogia de Michel Foucault em consonância com as disposições da Lei de Outubro de 1833 (em especial, o 6º artigo), podemos dizer que esse tipo de perfil de legitimação/gerenciamento escolar é aquele pelo qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos que regulam os costumes, os hábitos e as práticas discursivas.



Figura 5 – Disposições da lei de 8 de outubro de 1833



Fonte: Museu de Cametá-PA/ LAVAREDA (2017)

Poderíamos dizer, então, que uma disciplina linguística é assegurada por meio de instituições físicas presentes no monumento oficial em questão, a saber: as *escolas maiores de instrução pública*, onde não havia o registro da existência de professores indígenas durante todo o Período Colonial. Espaços que iriam estruturar o terreno social e fornecer explicações “adequadas” para a razão das disciplinas e para a instauração de uma vontade de verdade e de um governo da língua europeu. Logo, argumenta-se a favor da ideia de que essa intensa produção discursiva sobre as línguas inventou, inclusive nos patrimônios linguísticos indígenas, nomes e alfabetos, abrindo caminho para a introdução das práticas de letramento linguístico em sociedades de tradição oral.

Ao examinar os mecanismos sociais que controlam a produção e a circulação dos discursos, segundo Gregolin (2016, p. 119), “[...] Foucault nos mostra que a vontade de verdade se apoia em uma base institucional, sendo ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda



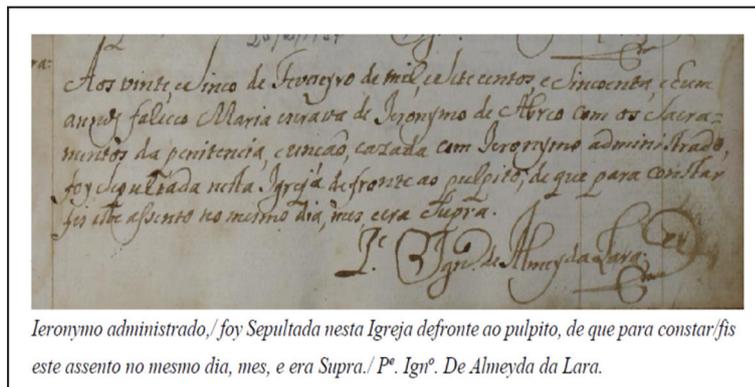
uma espessura de práticas”. Dentro dessa dimensão, Michel Foucault (2010c, p. 17) aponta que o modo mais profundo do exercício de um regime de verdade é a maneira como um dado saber é reconduzido em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo, para este artigo, atribuído para a solidificação das batalhas de poder em torno dos usos sociais das línguas.

[...] a ideia de que as línguas nomeiam as etnias é fruto da empreitada colonial, que tratou de criar diferenças onde havia similitudes e de instaurar semelhanças onde havia diferenças, como estratégia de demarcação territorial dos interesses missionários e, posteriormente, políticos [...] Esse processo de invenção das línguas no contexto colonial a partir de uma chave eurocêntrica – conforme ilustrado – pode ser tomado como exemplo de colonização epistêmica, subjetiva e política [MIGNOLO, 2005].(SEVERO, 2016, p. 18).

Portanto, analisando a “destribalização” dos indígenas, iniciada pelos missionários, o Diretório (1758) e a ampliação de outras normalizações que também refletem nas disposições da Lei de Outubro de 1833, é notório um esforço descomunal para integrar os indígenas, negros, mestiços e outros aos princípios de uma cosmologia europeia, contribuindo, decididamente, para intensificar a desorganização dos seus antigos modos de vida e para “[...] tornar as suas condições de sobrevivência praticamente insuportáveis, aproximando-os ainda mais dos outros segmentos da sociedade, cujos laços de solidariedade foram se estreitando até eclodirem na Cabanagem” (ALVES JÚNIOR, 2001, p. 51). No trecho materializado na Figura 6, atesta-se, por exemplo, nas primeiras linhas, um casamento interétnico entre a “escrava Maria” (escravizada africana) com o “administrado” (escravizado indígena).



Figura 6 – Trecho de um manuscrito de 25 de fevereiro de 17514



Fonte: Livro de óbitos e casamentos de escravos da ‘Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy’

Diante disso, se conectarmos todo esse universo de enunciabilidades até aqui apontado em uma certa dinâmica de causalidades, constataremos que os espaços de socialização e de trocas de experiências provenientes dessas condições de possibilidades históricas permitiram o surgimento de modos de agir exteriorizados como ecos da experiência colonial em que os mais diversos projetos políticos, linguísticos e sociais conviveram e se chocaram, posteriormente, dentro do movimento cabano.

#### 4. OUTRAS PALAVRAS

##### *Saberes sujeitados*

A partir da análise dos regimes de enunciabilidade mobilizados nas trocas de correspondências destacadas, tomando também como uma teia

<sup>4</sup> Editorado pelas pesquisadoras Márcia Duarte de Oliveira e Maria Zanoli, em 2019, ambas da Universidade de São Paulo (USP).



enunciativa as cartas e os sermões do padre Antônio Vieira, concluímos que é fundamental a imersão nas condições de possibilidades históricas em que os saberes ficam sujeitados. Pensamos agora sobre os conteúdos linguísticos soterrados, camuflados em funcionamentos coerentes ou formações discursivas sistemáticas.

Saberes ocultados que, segundo Haroldo de Resende (2016, p. 127), tentam tornar invisíveis o aparecimento de alguns conteúdos históricos (patrimoniais) importantes para algumas interpretações, porque somente esses conteúdos possibilitariam a descoberta da clivagem das lutas e dos embates que algumas ordens discursivas, impostas pelo imperialismo linguístico europeu, objetivavam esconder sobre a lusitanização de línguas indígenas (ou de matrizes africanas) nessa grande rede de memória que vai da Babel amazônica ao movimento cabano.

[...] O português falado no Brasil, e mais especificamente na Amazônia, no século XVII, foi considerado pelo padre Vieira, uma “meia-língua”, produto de uma política colonial que contribuiu para o extermínio de línguas minoritárias, propiciando a expansão da língua geral amazônica [...] Esses registros, porém, não se limitaram ao Período Colonial e podem ser encontrados até mesmo em pleno século XIX, especialmente no período de 1832-1842, durante a Cabanagem. Os cabanos – índios, tapuias, negros, caboclos e variados tipos de mestiços – provenientes de diferentes tipos de horizontes linguísticos, usavam a língua geral como instrumento de interação, mas nesse caso, a comunicação era basicamente oral, porque eles eram em sua maioria iletrados. No entanto, os poucos cabanos alfabetizados, quando recorriam à escrita, abandonavam a língua geral amazônica, optando pela língua portuguesa, como testemunha alguns documentos. (FREIRE, 2011, p. 84-85).

O controle linguístico e o governo da língua representam, portanto, tecnologias de poder bastante significativas para se efetivarem a colonização





e o domínio efetivo de uma colonização linguística, em que há um objeto específico construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). Essa biopolítica implica, no entanto, não só uma gestão da população, mas também um controle das estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a si mesmos e uns em relação aos outros.

Jean-François Bert (2013, p. 12), ao discutir sobre algumas ideias-chave nos escritos de Foucault, lembra que, a partir do século XVIII, esse termo, “biopolítica”, designa a maneira com que o poder governa o conjunto dos viventes a partir das questões de saúde, de higiene, de alimentação, de sexualidade, que se tornaram novos desafios políticos. Por isso que a noção de biopolítica é indissociável da noção de população.

Com efeito, essas operacionalizações conceituais sugerem um caminho interpretativo importante para a constituição do nosso idioma impregnado de um conjunto de instituições de controle que pode ser lido em dupla dimensão – o governo da população (o qual “carrega” o governo da língua) e o governo de si – biopolítica e biopoder, portanto, respectivamente. Domínios foucaultianos bastante significativos para as análises realizadas neste texto, isto é, os agenciamentos produzidos pela biopolítica, começaram a instituir teias normativas no cotidiano da região, por meio das quais, funcionando como uma rede difusa de mecanismos a que nada ou ninguém escapa, foram historicamente desenhando em nosso território uma homogeneidade linguística desde o início da colonização.

Falamos aqui de um dado sistema de restrição linguística passar a ser um elemento primordial para a dominação, “processos de conquista” e, posteriormente, funcionar como um dispositivo de controle dentro de uma sociedade. Claro que estamos nos referindo à língua do colonizador,



em especial, à língua portuguesa. Afinal, era característica – inclusive das grandes navegações, como um grande empreendimento colonial, quando se intensificou o contato entre os povos no mundo em função da busca europeia por novos mercados, novas transações mercantis, outros interesses políticos de Portugal, Espanha, Inglaterra etc. – a língua vir a ser mais um instrumento potencial de dominação e vigilância em novos territórios.

O gerenciamento linguístico representa, assim, uma tecnologia de poder fundamental para se solidificarem a colonização e o domínio efetivo do território amazônico. Vale ressaltar que, por essa biopolíticase entende a maneira pela qual, com base em Edgardo Castro (2016, p. 59), a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, segurança, higiene, natalidade, por exemplo, entre os quais a língua também faz parte. Logo, as dimensões de controle linguístico enquanto estratégia para a gestão da população, ao longo da colonização, atravessavam tanto o corpo individual como o corpo social, isto é, a população foi paulatinamente incorporando várias regulações, inclusive, aquelas voltadas às normalizações de um modo de viver e agir linguisticamente europeus.

## REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, J. **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

AZEVEDO, J. L. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999. p. 255-257.



BAGNO, M. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BERT, J. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

COURTINE, J.J. **Decifrar o corpo** – pensar com Foucault. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b. p. 221-241. Curso dado no Collège de France (1981-1982).

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010c.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, J. R. B. Da fala boa ao português na Amazônia brasileira. **Ameríndia** – Revue d'éthnolinguistique amérindienne, Paris, n. 8, 1983.

\_\_\_\_\_. **Rio Babel** – a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GREGOLIN, M. do R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso** – diálogos e duelos. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

GREGOLIN, M. do R. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: FERREIRA, R.; RAJAGOPALAN, K.



(org.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores/Unicamp, 2016. p.115-142.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo – a análise do discurso ao lado da história. *In*: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura** – da História no discurso. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2014. p.169-192.

HACKEROTT, M. M. Reflexões sobre a linguagem em sermões e cartas do padre Antônio Vieira. *In*: FREIRE, B.; ROSA, C.; LAGORIO, C. (Org.). **Políticas de línguas no novo mundo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 87-125.

MARIANI, B. Políticas de colonização linguística. **Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 73-82, 2003.

MAHER, T. M. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. *In*: NICOLAÍDES, C.; SILVA, K.; TILIO, R.; ROCHA, C. (Org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, São Paulo: Pontes editores, 2013.p. 117-134.

MENDONÇA, M. C. de. **A Amazônia na era pombalina**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Tomo III.

RESENDE, H. Política e ação no pensamento de Michel Foucault: conexões entre poder, saber e discurso. *In*: RESENDE, H. de (Org.). **Michel Foucault – política: pensamento e ação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

RODRIGUES, A. I. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **Delta**, v.9, n.1, p. 83-103, 1993.

SEVERO, C. A diversidade linguística como questão de governo. **Caleidoscópio**, São Leopoldo, v.1, p. 107-115, 2013.

\_\_\_\_\_. A invenção colonial das línguas da América. **Alfa**, São Paulo, v. 60, n.1, p.11-28, 2016.





SOUSA, S. C. T. de; SOARES, M. E. Um estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil. **Revista de Letras**, v. 1, n. 3, jan./jul. 2014.

TUPIASSÚ, A. **A palavra divina na surdez do Rio Babel** – com cartas e papéis do Pe. Vieira. Belém: EDUFPA, 2008.

